



Santos, 12 de junho de 2018

UO-BS/SMS/MA 0060/2018

Aos Senhores

Fernando Antonio Ceciliano Jordão
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

Mario Sérgio da Glória Reis
Secretaria Executiva de Meio Ambiente

João Carlos Rabello
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Praça Nilo Peçanha, 186 - Centro - Angra dos Reis - RJ

Assunto: Resposta ao Ofício 058/2018 SDU.SEMAN

Referência: Ofício nº170/2018 COPROD/CGMAC/DILID/IBAMA / Processo
IBAMA 02001.007928/2014-44 - Atividade da Produção e
Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-sal da Bacia
de Santos – Etapa 3. CNPJ: 33.000.167/0895-01

Prezado Senhor,

Em 21 de maio de 2018, recebemos o Ofício nº 170/2018 COPROD/CGMAC/DILID/IBAMA, referente ao encaminhamento de documentos recebidos durante as audiências públicas e manifestações enviadas ao IBAMA por escrito, dentre eles o Ofício 058/2018 SDU.SEMAN, para o qual foi solicitado que a Petrobras respondesse diretamente. Este ofício apresentou justificativas relativas à análise do EIA/RIMA do empreendimento "Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 3". Pretende-se, através desta carta, responder às solicitações indicadas por essa Secretaria endereçadas à Petrobras.

É importante ressaltar que a Petrobras, como empreendedora, não pode assumir investimentos não relacionados à mitigação de seus impactos

ambientais, inclusive no contexto do licenciamento ambiental da Atividade da Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-sal da Bacia de Santos – Etapa 3. Para projetos não relacionados a eventuais impactos decorrentes de atividades da Petrobras, é possível pleitear o patrocínio por meio do Programa Petrobras Socioambiental, cujas informações podem ser consultadas em www.petrobras.com.br.

Os critérios para definição da área de influência foram estabelecidos no Termo de Referência para a elaboração do EIA. Em atendimento ao disposto nesse termo, no EIA/RIMA do Projeto Etapa 3, o município de Angra dos Reis foi incluído na área de influência em função da sobreposição da rota das embarcações de apoio com a área de abrangência da atividade pesqueira artesanal desenvolvida por munícipes de Angra dos Reis, predominantemente entre a Baía de Guanabara e a área de desenvolvimento dos empreendimentos do Pré-sal da Bacia de Santos, conforme análise demonstrada no capítulo II.4. do EIA. As ações relacionadas aos impactos ambientais analisados já se encontram em andamento e podem ser consultadas no site www.comunicabaciadesantos.com.br, que inclusive contém outras informações relevantes acerca dos processos de licenciamento ambiental na Bacia de Santos.

Com relação à compensação ambiental, a Lei Federal Nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), através de seu artigo 36, impõe ao empreendedor a obrigatoriedade de apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral, quando, durante o processo de licenciamento e com fundamento em EIA/RIMA, um empreendimento for considerado como de significativo impacto ambiental. O escopo do Projeto Etapa 3, em discussão, implica o pagamento de compensação ambiental, cujas destinações às UCs são definidas pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF). Esse comitê é constituído por representantes da Secretaria de Biodiversidade e Florestas e Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Licenciamento Ambiental e Assessoria da Presidência do Ibama, e pelas

diretorias de Planejamento e de Unidades de Conservação de Proteção Integral, do ICMBio.

Quanto à definição do município de Angra dos Reis como área de influência em função de eventuais vazamentos de óleo, é importante destacar que se trata de impacto potencial e não efetivo, motivo pelo qual o Termo de Referência não o estabelece como critério para definição de área de influência, mas sim como área de estudo.

A respeito dos questionamentos e comentários acerca do transporte de óleo bruto por navios aliviadores, transferência de óleo para os terminais, bem como investimentos associados, ressalta-se que essas são atividades que não fazem parte do escopo desse licenciamento ambiental.

Por fim, no tocante à Política de Conteúdo Local, apesar do tema não fazer parte do escopo do licenciamento ambiental, reforçamos que a Petrobras é grande incentivadora do conteúdo local em bases competitivas. Trabalhamos com a estratégia de contratação respeitando a capacidade de atendimento da indústria nacional, exigindo um conteúdo local mínimo em nível considerado factível e levando-se em conta os requisitos de conteúdo local do contrato junto à ANP.

Sem mais para o momento, ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


Marcos Vinicius de Mello
Gerente Setorial de Meio Ambiente
Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Santos

Não há anexo(s)

Reubi m
14.06.18